

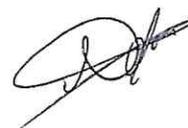
**Reunião do Conselho Municipal de Educação de Campos do Jordão –  
10 de maio de 2023**

No décimo dia do mês de Maio de 2023, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Campos do Jordão os membros abaixo-assinados do Conselho Municipal de Educação e os convidados da Secretaria de Administração, Relações Humanas, Conselho do Fundeb, Conselho Tutelar para debater os itens da seguinte pauta:

- Discussão sobre o Plano de Carreira dos Funcionários
- Discussão sobre o pagamento do Piso Nacional do Magistério
- Discussão sobre o Plano de Carreira do Magistério
- Discussão sobre uma possível paralisação parcial do Quadro de Apoio da Educação em reivindicação do Plano de Carreira
- Apresentação de análise financeira dos gastos do Setor da Educação no ano de 2022
- Discussão sobre as ações de valorização dos profissionais da educação básica, seus gastos e resultados obtidos
- Discussão sobre o equilíbrio entre tecnologia e mão de obra qualificada nas escolas
- Início de discussão sobre o absenteísmo e seu impacto no dia a dia escolar
- Considerações finais.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, o Senhor André Valoni agradeceu a presença de todos e apresentou um histórico da elaboração do Plano de Carreira dos Funcionários, desde que o Vice-Secretário de Educação, o Senhor Edson Godoy, sinalizou a possibilidade de sua elaboração, até a formação da Comissão de Elaboração do Plano de Carreira dos Funcionários e a sua formalização por meio de Portaria do Executivo, nomeando os cinco membros da comissão. A referida portaria incluiu todos os funcionários da Prefeitura no Plano de Carreira, o que provocou debates sobre cargos e equiparação salarial, mas tudo foi contemplado pelo plano elaborado pela comissão.

Os senhores André Valoni e Heidy Gonçalves Teixeira da Costa informaram que, em reunião, o Senhor Prefeito Marcelo Padovan comunicou que não recebeu devolutiva de todas as Secretarias sobre o Plano de Carreira e informou que seria contratada uma empresa para realizar um estudo para a elaboração de um plano de carreira viável. O senhor André Valoni entende que alguns pontos apresentados justificam a contratação de uma empresa, mas é necessário que sejam ouvidas as demandas dos funcionários e que os mesmos sejam ouvidos. Entretanto, não há verbas necessárias para a contratação desta empresa, o que pode atrasar ainda mais a elaboração do Plano. A senhora Eloiza Ribeiro da Silva informou que não houve uma devolutiva da parte do

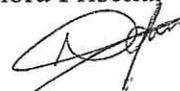


Executivo para com a Comissão, que está disposta ao diálogo. A notícia extraoficial da contratação de uma empresa foi inesperada.

O Senhor Bruno José Pinto dos Santos, Secretário de Finanças, informou que o impacto financeiro de R\$20 milhões do Plano não estoura a folha de pagamento, mas apenas até o terceiro ano porque não considera as evoluções funcionais e reajustes (embora, o primeiro estudo incluísse os professores). Os percentuais contemplados no plano de carreira estão muito acima do praticado no estado e deveriam ser reajustados, para os níveis médio e fundamental. A empresa FIA está fazendo um estudo sobre governança municipal e ao apresentar os resultados do estudo sobre esse tema, foi solicitado a sua ajuda na implantação do Plano de Carreira dos Funcionários do Município e eles informaram que a minuta elaborada pela Comissão orientará o trabalho, mas a empresa teria muito pouco tempo para apresentar o Plano, que deveria ser apresentado em dezembro de 2023. Conseguiríamos fazer o mesmo, sem o apoio desta empresa, mas em um prazo maior porque há carreiras regidas por regras e legislações muito diversas. O Plano procura corrigir uma situação, mas não fará justiça pelos anos passados.

A Secretária Adjunta de Finanças, a Senhora Cristiane Elaine Silva de Oliveira, informou que é preciso refazer a estrutura administrativa da prefeitura para conseguir fazer um Plano porque ela tem uma estrutura peculiar. O Secretário de Administração, o Senhor Marcos Antônio Chiovetti informou que há boa vontade do prefeito, mas esbarra na questão financeira porque se não estiver pautada na legislação, não é possível garantir sua inclusão no orçamento, mesmo tendo sido incluídos 4 milhões no orçamento. O Secretário elogiou o trabalho da Comissão, mas lembrou que é preciso conquistar o apoio do prefeito, pois ele é o autor da proposta que será encaminhada ao legislativo. Em um primeiro cálculo ficou em 13 milhões, mas em simulação de seu custo prático, saltou para 19, para o qual não havia previsão orçamentária em 2022. Há que se considerar que o financeiro e o orçamentário nem sempre coincidem porque o orçamento é uma peça de previsão. Dessa forma, o senhor prefeito sentiu-se mais confortável política e tecnicamente se houvesse o suporte de uma empresa, que seria mais isenta, mas a contratação da mesma esbarrou na questão financeira que é necessário considerar para que não se cometam abusos. A contratação da empresa seria rápida pelo princípio de inexigibilidade, pois se trata de uma instituição de pesquisa ligada à USP, e a elaboração do Plano de Carreira leva tempo. Finalizando, ele lembrou que se a interação entre o executivo e os funcionários é necessária e deve ser melhorada. A Senhora Heidy solicitou a mediação do Secretário entre o Prefeito e a Comissão e o secretário agradeceu a confiança e aceitou mediar este diálogo, até para que um eventual novo governante não se sinta indisposto a continuar este projeto.

O Senhor Marcos Roberto dos Santos, membro da Comissão de Elaboração do Plano de Carreira informou que quando fizeram o impacto do impacto financeiro, considerou-se como se todos os funcionários estivessem no último grau de evolução funcional para que se tivesse noção do máximo impacto do Plano de Carreira, excluindo os funcionários, de modo que o valor de R\$19 milhões era inflacionado mesmo. Ao entregar a minuta, a Comissão tinha consciência de que nem todas as reivindicações seriam atendidas, mas não tiveram uma devolutiva do Executivo sobre a minuta. Também informou que, exceto a Senhora Priscila,



não houve participação de outras secretarias além da de Educação. A Senhora Eloiza acrescentou que a falta de devolutiva gerou insatisfação e cobrança dentro das escolas, o que gerou desconforto para a Comissão.

O Secretário Bruno destacou que o financeiro quer que o Plano aconteça, embora seja fato que o comprometimento de todo o órgão municipal não é uniforme, mas o Prefeito está disposto a apresentar o Plano. E a participação da comissão junto à empresa pode ser incluída na licitação de contratação da mesma. Nada foi informado à Comissão porque ainda não foi definido.

O Presidente do Conselho acrescentou que a participação da empresa, nestas condições, confere legitimidade ao Plano. Na ausência de um representante do Jurídico, sobre o Piso Nacional do Magistério, não cabe cobrança às demais secretarias presentes. O presidente também informou que sobre a reunião com representantes do sindicato sobre o erro na consideração da remuneração dos professores, pois a prefeitura inclui as evoluções horizontal e vertical e o DSR no salário-base dos professores.

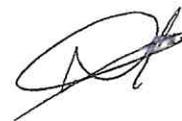
O Senhor Alessandro Alves de Oliveira, representante do Setor de Recursos Humanos, informou que para o RH determinar o que faz parte ou não do salário, é preciso debate com o jurídico para que o RH possa fazer o cálculo do impacto financeiro. O setor financeiro apresentou estas dúvidas ao jurídico na data de hoje, 10 de maio de 2023. Sobre a complementação do governo federal, há queda nos repasses do Fundeb nos últimos meses e não há regulamentação para que possa ser solicitada complementação e a previsão é de que haverá uma deliberação a respeito apenas em junho.

A Senhora Cristiane Dias da Costa observou que a complementação financeira do governo federal foi previsto para os municípios que não atingem o mínimo de arrecadação, o que não é o nosso caso. Os repasses do Fundeb estão caindo diante da redução do número de matrículas e do Ideb.

Observou-se que a incorporação na folha de pagamentos da empresa terceirizada da saúde esbarra na lei de responsabilidade fiscal. A legislação das empresas terceirizadas mudou e isso pode gerar um impacto financeiro que inviabilize qualquer reajuste salarial.

O Secretário Marcos informou sobre o Piso do Magistério que há questionamento se o executivo federal tinha competência para usar esse instrumento e a associação nacional dos prefeitos entrou com um pedido de inconstitucionalidade junto ao STF. Estamos trabalhando com ele considerando-o como válido, mas precisamos ficar atentos a esta questão.

Sobre o próximo item da pauta, o Presidente do Conselho informou que a revisão do Plano de Carreira do Magistério Municipal é urgente, pois ele é baseado em lei que já foi revogada, o que torna questionável a sua validade. A senhora Heidi lembrou que há questões não previstas, como a da substituição de direção, que não geram impacto financeiro, mas precisam estar previstas no Plano de Carreira. O senhor Marcos perguntou se isso já foi instrumentalizado e o Senhor André esclareceu que o Conselho solicitou que uma comissão seja nomeada. A principal parte do texto que deveria ser revista é a da questão salarial porque o Plano atual prevê a isonomia e o dissídio (revisão anual para reajuste), o que geraria impacto financeiro porque o texto atual prevê o dissídio para todos os funcionários. Surgiu a dúvida se a remuneração dos professores será atrelada ao



Piso Nacional do Magistério, o que pode ser prejudicial se não houver revisão do Piso e se os professores não puderem receber o dissídio.

O Secretário Marcos informou que a Constituição Federal distingue em seu artigo 37 a recomposição salarial sem distinção de índices, o que impede que se dê um reajuste a uma classe diferente do que se dá para outra. O pedido de inconstitucionalidade do Piso refere-se a quem pagará a conta. Não devemos misturar as coisas para não prejudicar os professores, pois este Piso pode ficar congelado, pois se trata de medida política que tem grande possibilidade de ser decalorada inconstitucional pela forma como foi feita, não pelo seu mérito.

O presidente do Conselho solicitou a mediação do Secretário de Administração, pois a formação da comissão de revisão já foi solicitada e o Conselho tem sido cobrado. O Senhor Marcos sugeriu cientizar o senhor Prefeito porque a revisão do plano passa por um projeto de lei, o que é de competência exclusiva do prefeito.

Haverá o dissídio e será maior do que a informação, embora o financeiro não possa informar o valor preciso porque a questão do Piso e o dissídio para o Financeiro representam o mesmo impacto porque saem do mesmo caixa. São assuntos diferentes que se entrelaçam na hora do pagamento.

Sobre a possibilidade de uma paralisação dos funcionários para pressionar pela aprovação do Plano de Carreira, há o grupo dos membros da comissão e representantes das escolas e um grupo de funcionários que querem fazer uma paralisação e os dois grupos não estão relacionados. A Comissão está ciente da paralisação, que será feita por meio do Sindicato, mas não é encabeçada pela comissão.

O Secretário Marcos considerou que esta seria uma medida precipitada, considerando que a efetivação do Plano depende da vontade política do Prefeito, que pode se sentir coagido pela paralisação. Ele recomendou o diálogo. Aprovando o Plano desde esse exercício, aprovado esse ano para o orçamento do próximo ano, ele será legal e poderá ser executado a partir de 2024.

A questão do absentismo foi adiantada pelo Presidente para aproveitar a presença do Senhor Alessandro do RH, pois a falta de professores e funcionários tem prejudicado bastante as escolas. A valorização do profissional poderia remediar esta questão. O presidente perguntou ao RH se eles já foram questionados sobre medidas para prevenir o absentismo. O Senhor Alessandro respondeu que não há uma equipe preparada para saúde e segurança do servidor, o que é uma questão deficitária da prefeitura. Todos os processos de sindicância a respeito de faltas injustificadas passam por uma grande demora para serem analisados, o que prejudica porque as cobranças dos gestores são consideradas assédio moral. A Conselheira Tutelar Noelita Aparecida Ramos de Oliveira sugeriu que o Conselho Tutelar elabore um documento a ser apresentado ao Prefeito sobre os impactos negativos deste absentismo na formação de crianças e adolescentes, para que se elabore um estudo a respeito das faltas e seu impacto para a revisão da lei sobre a demissão de funcionários.

O Secretário Marcos confirmou, por fim, que haverá concurso para o Administrativo, cujo edital está sendo elaborado, e para a Educação.



Sobre a apresentação de análise financeira dos gastos do Setor de Educação, tudo envolve a questão da valorização profissional para a elaboração e revisão dos Planos, precisamos exigir da Secretaria de Educação análise dos impactos positivos das palestras contratadas para justificar os gastos com as mesmas. O Conselho passará a exigir justificativas sobre os valores gastos com o objetivo da valorização profissional.

Sem mais, encerramos esta reunião.

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes that form a stylized, illegible name.